

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA**Anúncio n.º 1570/2010****Processo: 1558/09.4TYLSB**
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)
N/Referência: 1524537Requerente: Idalécio Figueiredo Milheiro e outro(s).
Insolvente: Transportes Intracomunitários, L.^{da}**Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados**

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 15-01-2010, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Transportes Intracomunitários, L.^{da}, NIF 503281727, Endereço: Estrada do Adarse, Urbanização Vale das Ervas, Lote 4, 2615-187 Alverca do Ribatejo, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Pedro Augusto Antunes da Silva, NIF 168870614, Endereço: Praceta Guiné, Lote 14, 1.º A, Serra das Minas, 2725-000 Rio de Mouro e Isabel Gorgulho Teixeira da Costa e Silva, NIF 120668971, Endereço: Praceta Guiné, Lote 14, 1.º A, Serra das Minas, 2725-000 Rio de Mouro, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, em substituição da anteriormente nomeada, por despacho proferido em 25-01-2010, indicando-se o respectivo domicílio. Dr(a). Pedro Manuel Ortins de Bettencourt, NIF 166577626, Endereço: Pcta. Aldegalega, 21 — R/c Esq., 2870-239 Montijo.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

É designado o dia 07-05-2010, pelas 15:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de Mandatário Judicial.

Data: 28-01-2010. — A Juíza de Direito, Dr.^a Maria José Costeira. — O Oficial de Justiça, Filipe Fernandes.

302852912

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA**Anúncio n.º 1571/2010****Processo: 617/08.5TYVNG — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**Requerente: Ulma Portugal — Cofragens e Andaimes, L.^{da}
Insolvente: Data Limite — Sociedade de Construções, Unipessoal, L.^{da}**Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados**

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo de Lisboa, no dia 28-01-2010, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Data Limite — Sociedade de Construções Unipessoal L.^{da}, NIF — 506546276, Endereço: Rua Alexandre Herculano, 11-C, Lisboa, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Carlos Alberto Grosseiro Gil, NIF — 100121560, BI — 6536420, Endereço: Travessa das Iglezinhas, N.º 5, R/c, 1200-686 Lisboa, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Fernando da Cruz Dias, Endereço: Av.º Almirante Gago Coutinho, 56, 4.º Esq. Fte., 1700-031 Lisboa

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

É designado o dia 23-03-2010, pelas 14:45 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas aroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

Data: 03-02-2010. — A Juíza de Direito, Dr.^a Helena Leitão. — O Oficial de Justiça, Paula Sá e Silva.

302872799

TRIBUNAL DA COMARCA DA LOUSÃ**Anúncio n.º 1572/2010****Processo: 1154/08.3TBLSA-D**
Prestação de contas administrador (CIRE)Administrador Insolvência: Paula Peres
Insolvente: Construções Gualter Nascimento & Lopes, L.^{da} e outro(s).O Dr. João António Filipe Ferreira, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente Construções Gualter Nascimento & Lopes, L.^{da}, NIF — 505535580, Endereço: Rua Nova — Barreiro, Semide, 3220-402 Miranda do Corvo, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se

da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Data: 20-01-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. João António Filipe Ferreira*. — O Oficial de Justiça, *Teresa Martinho*.

302862446

Anúncio n.º 1573/2010

Processo n.º 1045/09.0TBLSA Insolvência pessoa colectiva (Apresentação) N/Referência: 876597

Insolvente: Ferramentas Agrícolas e Cutelarias, L.^{da}
Credor: José Garcia, L.^{da} e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial da Lousã, Secção Única de Lousã, no dia 23-12-2009, às 23:15 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Ferramentas Agrícolas e Cutelarias, L.^{da}, NIF 502377550, Endereço: Foz de Arouce, Carvalhal, Lousã, 3200-000 Lousã, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: Rui Helder Gerales Pais Padrão e Casimiro Bernardo Henriques, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr(a). Paula Peres, NIF 165192437, Endereço: R. Padre Américo, Edif. Marialva, 1.º J, 3780-236 Anadia

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 22-03-2010, pelas 11:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data: 26-01-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Filipa Rodrigues*. — A Oficial de Justiça, *Rosa Peixoto*.

302861928

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MONTEMOR-O-NOVO

Anúncio n.º 1574/2010

Processo n.º 137/09.0TBMMN Insolvência pessoa colectiva (Requerida) N/Referência: 938083

Requerente: Pão Quente Monteiro & Moreira, L.^{da}
Insolvente: Jolucerd — Comércio de Cervejas de Bebidas e Sumos Unipessoal, L.^{da}

Jolucerd — Comércio de Cervejas de Bebidas e Sumos Unipessoal L.^{da}, NIF 505886251, Endereço: Rua das Oficinas Lote 15, 7050-000 Montemor-o-Novo

Joaquim Manuel Gouveia de Carvalho de Castro Peres, Endereço: Herdade da Amieira, Apartado 112, 7104-909 Estremoz

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-indicado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa — artigo 234.º, n.º 4 do CIRE

Data: 26-01-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Alice Moreira*. — O Oficial de Justiça, *Carla Gaio*.

302852645

TRIBUNAL DA COMARCA DE MONTEMOR-O-VELHO

Anúncio n.º 1575/2010

Processo n.º 649/09.6TBMMV — Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Requerente: José Alberto Rodrigues Murta
Requerido: PERCAMPO — Sociedade de Máquinas Agrícolas, L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Montemor-o-Velho, Secção Única de Montemor-o-Velho, no dia 15-01-2010, pelas 12:15 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

PERCAMPO — Sociedade de Máquinas Agrícolas, L.^{da}, NIF 501964738, com sede em Cabecinhos, Pereira, 3140-313 Pereira

São administradores da devedora:

António Martins dos Santos Jacob residente em Cernache, Coimbra, Carlos Barbosa de Sousa Lucas residente em Póvoa, São Martinho, Coimbra, e Arménio Lopes Mendes residente em Pereira, Montemor o Velho, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

António José Matos Loureiro, Endereço: Edifício Topázio, Escritório 405 Apartado 2015, 3001-601 Coimbra

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.